



A Santa Sé

***DISCURSO DO PAPA PAULO VI
NA 8ª SESSÃO SOLENE
DO CONCÍLIO VATICANO II***

18 de Novembro de 1965

Esta sessão pública do nosso Concílio Ecuménico Vaticano II realiza-se vinte dias antes da clausura do Concílio; por isso, além da promulgação dos importantíssimos actos conciliares que conheceis bem, oferece-Nos a oportunidade de falar convosco de alguns pontos práticos inerentes à conclusão do grande acontecimento eclesiástico que celebrámos regularmente em quatro laboriosas etapas.

Desta vez, nada diremos do valor extraordinário -religioso, doutrinal, espiritual, pastoral e histórico-deste Concílio, nem do mistério de sabedoria e de graça que oferece e por muito tempo oferecerá à nossa meditação, e nem sequer das novidades que as deliberações do Concílio estão levando a cabo, tanto no interior da Igreja como nas suas relações com todos e com todas as coisas que a rodeiam, coisas que cada um de nós leva na mente como tesouros fecundos de pensamento e acção. Algo dissemos já em precedentes discursos e últimamente na Nossa exortação apostólica do dia 4 deste mês de Novembro. Não estamos fazendo agora o balanço do Concílio; basta-Nos, quando muito, advertir como o seu desenvolvimento foi, sob todos os aspectos, regular, livre, pacífico, e, graças à vossa presença e à vossa participação, solene, laborioso, fecundo e muito salutar. Nenhum outro Concílio na Igreja teve proporções mais amplas, trabalhos mais assíduos e tranquilos, temas mais variados e de maior interesse. A própria vida da Igreja, os irmãos cristãos separados da sua comunhão, as outras religiões não-cristãs, e em geral a humanidade cujos problemas complicados e difíceis aprendemos a conhecer melhor neste Concílio, e a quem aprendemos a amar mais veementemente no que toca à sua prosperidade, à sua paz e à sua salvação, foram objecto das suas deliberações. Louvado seja Deus, louvado seja Ele só, Deus nosso Pai óptimo e sumo, por Jesus Cristo, nosso único e amantíssimo Senhor, no Espírito Santo, consolador dulcíssimo que com sua caridade nos alimenta, nos guia e nos conforta. Louvado seja Deus.

Contentamo-nos com dirigir, neste momento, a Nossa atenção para algumas consequências relativas, dizíamos, ao fim do Concílio Ecuménico. Este fim, melhor lhe chamaríamos princípio de muitas coisas, a começar pela criação dos órgãos que devem colaborar connosco na definição das normas indicadas pelos Decretos conciliares. Pensamos criar quanto antes esses órgãos, pois é Nosso propósito dar execução pronta às sagradas deliberações deste Concílio Ecuménico. Já estabelecemos três Comissões pós-conciliares: a da sagrada Liturgia, a da revisão do Código de Direito Canónico e a que vigia pelo cumprimento das disposições do Decreto sobre os meios de comunicação social. Nem esperamos pela aprovação do decreto sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja, para que, anuindo ao voto nele contido, anunciássemos a constituição do Sínodo episcopal, que esperamos, querendo Deus, poder convocar pela primeira vez, se não no próximo ano, inteiramente ocupado com outros cuidados pós-conciliares, pelo menos no seguinte, em 1967, em que deveremos, de forma adequada, comemorar o martírio do Apóstolo Pedro, como prescreveu no século passado o Nosso predecessor de veneranda memória Pio IX.

Será também Nossa preocupação criar quanto antes as Comissões que o Concílio decretar que sejam criadas, ou para aperfeiçoar as normas dos decretos conciliares ou para ultimar trabalhos especiais, que são necessários à execução das mesmas normas(1). Para isso, serão criados novos organismos para os novos serviços exigidos quer pelas leis deste Concílio quer pelos trabalhos da vida renovada da Igreja. Pelo que Nos toca, manter-Nos-emos no propósito de levar a bom termo as consequências que resultam da celebração deste Concílio Ecuménico, e de continuar as obras a que ele deu início, como os três secretariados, já notáveis pela sua egrégia actividade: o primeiro, esforça-se pela reunião de todos os cristãos na unidade da mesma Igreja; o segundo, ocupa-se das relações que há entre nós e as religiões não-cristãs; o terceiro, orienta os seus estudos e os seus cuidados para os não-crentes. Que Deus confirme as nossas vontades, e nos dê forças e meios para corresponder aos novos deveres.

Isto, porém, veneráveis Irmãos, pedirá algum tempo; em todo o caso, não se atribua a falta de fidelidade aos propósitos indicados, se porventura ò arranjo destes e de outros órgãos supremos do governo eclesiástico se fizer, como é natural, gradualmente, e se tudo for estudado e disposto de modo a evitar excessivo peso burocrático e despesas inúteis.

Não queremos, todavia, concentrar, de modo novo e artificioso, estes cargos, próprios da sagrada Hierarquia; mas queremos, por um lado, que os Bispos tenham parte na execução das leis do Concílio Ecuménico, e por outro lado, que Nos sirvamos, quanto for possível, da sua colaboração para podermos satisfazer melhor ao Nosso ofício apostólico no governo universal da Igreja. A nova eficiência, porém, atribuída aos grupos ou Conferências episcopais, é um acontecimento de grande importância no que toca ao desenvolvimento orgânico do Direito Canónico; e assim como de bom grado Nós o acolhemos e promovemos, assim também esperamos que será útil ao salutar e honroso incremento da Igreja católica nas diversas nações e regiões; e esperamos também que os membros do Corpo místico de Cristo, longe de se fraccionarem e dividirem entre si, mais e mais hão-de aderir uns aos outros e unir-se em harmoniosa e fraterna caridade. Nós

favoreceremos isto mesmo; e os supremos órgãos do governo eclesiástico, sobretudo a Cúria romana, assim como serão para Nós uma ajuda providencial, assim também prestarão um grande serviço a todo o conjunto da organização eclesiástica.

Pelo que toca, porém, à Cúria romana, seja-Nos lícito, ao terminar esta grande celebração ecuménica, pela qual a Igreja católica demonstrou a riqueza das suas forças espirituais e o vigor da sua disciplina, apresentá-la à vossa benevolência e à vossa gratidão. Na verdade, se hoje a Igreja católica se encontra nas boas condições em que, graças a Deus, nos apraz vê-la, isto é devido em grande parte à acção vigilante e fiel levada a cabo por este instrumento do múnus apostólico. Falsamente alguém o reputará envelhecido, inepto, egoísta ou corrompido; Nós mesmos lhe devemos o testemunho de bom serviço. As culpas que noutros tempos se atribuíam a este organismo humano, que rodeia e serve o Pontificado romano, pela misericórdia divina hoje já não existem; em troca, o espírito religioso, o amor verdadeiro a Jesus Cristo, a fidelidade e a obediência, o zelo por ajudar a santa Igreja, a prontidão em promover o seu progresso, movem e dirigem toda a actividade da Cúria romana, e tornam-na não só idónea para desempenhar o seu importantíssimo serviço, mas também digna do crédito de toda a Igreja.

Com isto não queremos negar que a Cúria romana pode ser aperfeiçoada; é certo que tudo quanto é humano e está sujeito às vicissitudes do tempo, fàcilmente é defeituoso e caduco; mais ainda, tanto mais visíveis e censuráveis são os defeitos do homem quanto mais alta é a sua dignidade e quanto mais exigente de coerência e de santidade cristã é o seu ofício. Pelo que Nos toca, somos os primeiros não só a reconhecê-lo, mas também a procurar que a Cúria romana seja convenientemente renovada, de harmonia com o parágrafo 9 do Decreto há pouco promulgado que se intitula «De pastorali Episcoporum munere in Ecclesia»; e velaremos, para que todos quantos têm a honra de trabalhar na Cúria romana sejam cada vez mais imbuídos e animados do autêntico espírito de Jesus Cristo.

Também a respeito deste assunto, queremos informar-vos, veneráveis Irmãos, que não deixámos de pensar nele durante este tempo, apesar da sobrecarga de tantos cuidados. Começaram já, e estão em bom ponto, os trabalhos para a reforma da Cúria romana. Confessamos, todavia, que não há uma necessidade grave de mudar a própria estrutura; além de ser preciso ir mudando os oficiais, será necessário renovar não poucas coisas, simplificar algumas, aperfeiçoar outras; mas procuraremos sobretudo que os critérios, segundo os quais este organismo deve ser formado, sejam mais claramente enunciados e estabelecidos. Parecerá talvez que esta desejada renovação caminha lentamente e que só em parte é realizada; mas é necessário que assim seja, para que se demonstre o respeito devido aos homens e às tradições; a renovação, porém, será finalmente levada a cabo.

E para provar as Nossas palavras com algum exemplo, já podemos comunicar-vos que em breve serão publicadas as normas que hão-de reger a primeira de todas as sagradas Congregações romanas, isto é, o Santo Ofício.

Todavia, veneráveis Irmãos, não nos preocupemos tanto com estas reformas, certamente necessárias, como com a renovação moral e espiritual que nos torna mais semelhantes ao divino mestre, mais idóneos para executar os deveres do nosso cargo. Devemos atender principalmente a isto: à nossa santificação autêntica, e à real capacidade de difundir entre os homens do nosso tempo a mensagem evangélica.

Parece-Nos muito importante que pensemos qual deve ser a atitude da nossa alma no tempo que se seguirá ao Concílio. A Nosso ver, a celebração do Concílio mostrou três atitudes de alma diferentes, a primeira das quais foi a do entusiasmo; era justo que fosse assim. Com efeito, o anúncio, ao mesmo tempo esperado e inesperado, da convocação, foi recebido com surpresa, alegria, esperança e quase com aspecto de sonho messiânico; como que uma brisa de primavera passou em todas as almas. Seguiu-se uma outra atitude de alma, enquanto se realizava o Concílio, que se caracterizou pela multiplicidade de problemas e de dificuldades. Não foi por acaso que isto incidiu no trabalho conciliar, que foi imenso; por esse lado, merecem louvor sobretudo os membros das Comissões e Subcomissões, nas quais os peritos-alguns sobretudo-trabalharam dedicada e sapientemente. Desejando, por assim dizer, recompensá-los, decidimos que alguns deles se unissem connosco na celebração deste divino sacrifício.

Ao mesmo tempo, porém, em alguns sectores da opinião pública, tudo era discutido ou julgado como discutível; tudo pareceu difícil e complicado; tudo era criticado e procuravam-se impacientemente as novidades; surgiram inquietações, pareceres opostos, temores, audácias, arbitrariedades; aqui e além lançou-se a dúvida, inclusive a respeito dos próprios princípios da verdade e da autoridade, até que começou a fazer-se ouvir, suave, reflectida e solenemente a voz do Concílio. E agora, que está para terminar, será o próprio Concílio que anunciará com palavras breves e alentadoras qual deve ser a forma de vida da Igreja.

Segue-se, portanto, a terceira atitude de alma; é a dos propósitos, a da aceitação e execução dos Decretos conciliares. Cada um deve dispor-se para isto mesmo. Acaba a discussão; começam a reflexão e a compreensão. A acção do arado que revolve a terra, sucede o cultivo ordenado e positivo. A Igreja conforma-se às novas normas dadas pelo Concílio: são normas fiéis, são normas insignes pela novidade duma consciência mais perfeita da comunhão na Igreja, da sua admirável estrutura, da caridade mais ardente que deve unir, activar e santificar a comunhão hierárquica da Igreja.

Éeste o período daquele verdadeiro «aggiornamento» preconizado pelo nosso predecessor, de venerada memória, João XXIII. A julgar pelas suas intenções, ele não queria certamente dar a esta palavra o significado que alguns tentaram dar-lhe, como se fosse lícito considerar tudo na Igreja segundo os princípios do relativismo e o espírito do mundo: dogmas, leis, instituições, tradições; ele, com efeito, de temperamento austero e firme, tinha diante dos olhos a estabilidade doutrinal e estrutural da Igreja, a ponto de nela basear o seu pensamento e a sua actividade. De futuro, portanto, usaremos a palavra «aggiornamento» para significar a sábia penetração do

espírito do Concílio celebrado e a aplicação fiel das normas, feliz e santamente por ele emanadas.

Julgamos bem que é nesta linha que deve caminhar a Igreja, se se tem em conta a sua nova psicologia. Ao clero e aos fiéis cabe este nobre trabalho espiritual: insistir na renovação da vida e da actividade segundo Cristo. Para levar a cabo este trabalho, convidamos os Nossos Irmãos e os Nossos filhos, isto é, os que amam Cristo e a Igreja, a que professem connosco mais abertamente a verdade naquele sentido em que Cristo e os Apóstolos ensinaram; e juntamente professem o sentido da disciplina eclesiástica e da unidade profunda e suave que nos torna confiados e solidários como membros de um mesmo corpo.

Para que todos sejamos mais facilmente levados a esta renovação da vida cristã, exortamos os filhos da Igreja a seguir piedosamente as palavras e os exemplos dos dois Sumos Pontífices que Nos precederam-Pio XII e João XXIII - a quem a Igreja e mesmo todos os homens devem tantos benefícios; e levados por este desígnio, estabelecemos que sejam iniciados os processos canónicos de beatificação destes sumos Pastores da Igreja, tão notáveis e piedosos e a Nós tão queridos. Assim será satisfeito o desejo que inumeráveis vozes exprimiram neste sentido a respeito de um e de outro; assim ficará assegurado para a história o património da sua herança espiritual; assim se evitará que nenhum outro motivo que não seja o culto da verdadeira santidade, isto é, da glória de Deus e da edificação da sua Igreja, nos leve, a nós e aos séculos vindouros, a venerar as suas autênticas e queridas figuras. O processo, como a todos é claro, não poderá realizar-se precipitadamente, mas será rápido e ordenado. Queira Deus que ele nos conduza aonde desejamos chegar.

A próxima conclusão do Concílio sugerir-Nos-ia que fizéssemos o balanço de todos os frutos que ele produziu até este momento, quer no que toca à doutrina, oferecendo a toda a Igreja magníficos e riquíssimos documentos de verdade e de acção, quer no que toca à caridade, reunindo-nos todos aqui vindos das extremidades da terra para nos conhecermos, juntamente rezarmos a Deus, estudarmos os assuntos do Concílio, deliberarmos sobre eles, professarmos a nossa fidelidade a Cristo Jesus e ao seu Evangelho e aumentarmos a nossa capacidade de amor entre nós e para com os irmãos separados, para com os pobres e doentes da alma ou do corpo, para com aqueles que no mundo pensam ou trabalham, finalmente, para com toda a humanidade. Não temos tempo para fazer uma síntese tão vasta; mas teremos certamente todos outras ocasiões para este trabalho, e tê-las-ão os que virão depois de nós.

Por agora, concluimos exprimindo apenas o propósito que quer ser como que um convite a perpetuar dignamente a memória do Concílio Ecuménico: o propósito de erigir em Roma, onde as necessidades pastorais pedirem, uma nova igreja em honra da bem-aventurada Virgem Maria, Mãe da Igreja; da Igreja, de quem ela é igualmente a primeira filha abençoada, adornada de celestiais privilégios.

Em segundo lugar, anunciamos que temos a intenção de promulgar um Jubileu especial para toda a Igreja, desde o final do Concílio até à próxima festa do Pentecostes, para difundir pela pregação a mensagem de verdade e de caridade que o Concílio deu e assim confirmar os fiéis na consciência da sua comunhão com os pastores da própria diocese; nessa ocasião, todos serão exortados a aproveitar-se e a gozar do ministério da reconciliação (2), que estará, o mais amplamente possível, à disposição de todos os homens de boa vontade. As notícias e normas referentes ao Jubileu serão divulgadas quanto antes.

Mas é tempo de terminar o Nosso discurso e concluir a sessão solene que estamos celebrando; não o queremos, porém, fazer, antes de agradecer cordialmente a todos vós que estivestes presentes a estes augustos e sagrados ritos, e de vos saudar no Senhor, abençoando cada um de vós no seu Nome Santíssimo (3).

Notas

1. Cfr. Decr. De pastorali Episcoporum munere in Ecclesia *Christus Dominus*, n. 44.

2. 2 Cor. 5,18.

3. AAS 57 (1965) p. 978-984.